

Teoria Marxista da Dependência e Sistema-Mundo – O Avanço do Agronegócio da Soja no Brasil¹

Marcos Jardim Pinheiro²

Virginia Laura Fernández³

RESUMO

O propósito deste artigo é realizar uma análise empírica da dinâmica do agronegócio da soja no Brasil, usando a Teoria Marxista da Dependência e a Teoria do Sistema-Mundo, e examinando o papel da China nesse processo. Atualmente o Brasil é o maior exportador de soja em grãos do mundo, mas essa monocultura tem gerado uma uniformização perigosa da agricultura brasileira que pode ameaçar a soberania alimentar do país. Além disso, a soja é uma *commodity* de exportação que é produzida principalmente para atender à demanda internacional, o que reforça a posição dependente da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, tornando o país um exportador de matérias-primas e importador de produtos manufaturados. A monocultura da soja também contribui para a exploração excessiva do solo e dos trabalhadores, agravando a dependência estrutural da economia brasileira e impactando negativamente a biodiversidade e a qualidade de vida dos trabalhadores. Vale destacar que nas últimas décadas houve um aumento expressivo das exportações de soja para a China, o que tem gerado importantes consequências na economia brasileira.

Palavras-chave: Dependência. Capitalismo. Agronegócio. Soja

ABSTRACT

The purpose of this article is to carry out an empirical analysis of the dynamics of the soy agribusiness in Brazil, using Marxist Dependency Theory and World-System Theory, and examining the role of China in this process. Currently, Brazil is the largest exporter of soybeans in the world, but this monoculture has generated a dangerous standardization of Brazilian agriculture that could threaten the country's food sovereignty. In addition, soy is an export commodity that is mainly produced to meet international demand, which reinforces the dependent position of the Brazilian economy in the international division of labor, making the country an exporter of raw materials and an importer of manufactured goods. Soybean monoculture also contributes to the excessive exploitation of the soil and workers, aggravating the structural dependence of the Brazilian economy and negatively impacting biodiversity and the quality of life of workers. It is worth mentioning that in recent decades there has been a significant increase in soy exports to China, which has had important consequences for the Brazilian economy.

Keywords: Dependency. Capitalism. Agribusiness. Soy

¹ A presente pesquisa é parte do Trabalho de Conclusão de Curso do primeiro autor, orientado pela segunda autora.

² Mestrando no programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: mjpينهيرao@gmail.com

³ Professora Adjunta do Curso de Ciências Econômicas e Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e Programa de Pós-graduação em Economia da UFPR. E-mail: virginialaurafernandez@yahoo.com.ar

1. INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil é o maior exportador de soja em grãos do planeta. Conforme a EMBRAPA (2022), o cultivo cresceu de forma contínua nos últimos 50 anos, trazendo fortes transformações para a agricultura brasileira, com um enorme incremento de tecnologia nos processos produtivos. No setor existe uma forte participação de empresas multinacionais e de capitais externos, expressando enormes contradições para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, transferindo uma parte considerável dos excedentes produzidos internamente para os países imperialistas. O monocultivo da soja tem gerado uma homogeneização da agricultura brasileira, trazendo riscos à soberania alimentar do país, pois trata-se de uma commodity de exportação, produzida para satisfazer demandas externas, conformando um padrão de espoliação da terra, de superexploração dos trabalhadores e de reforço da condição dependente do país em relação às economias industrializadas. O processo produtivo conta com a participação de grandes multinacionais estrangeiras, as quais se apropriam de uma parte considerável dos excedentes produzidos na cadeia produtiva da soja, gerando assim uma transferência de riqueza da economia dependente para os países centrais. As exportações de soja para a China experimentaram um forte crescimento nas últimas duas décadas. A Grande Ásia é responsável pela compra de aproximadamente 70% da soja produzida no país, e essa relação reforça a reprimarização da economia brasileira.

O objetivo deste trabalho é analisar empiricamente a dinâmica do agronegócio da soja no Brasil, à luz da Teoria Marxista da Dependência e da Teoria Sistema-Mundo; examinando o papel da China nesse processo. Assim, busca-se entender como ao longo da expansão do agronegócio da soja no Brasil, as “troca desiguais” e a “superexploração do trabalho”, conceitos-chaves destas teorias, são vislumbrados. Quanto aos objetivos específicos, o trabalho busca: a) apresentar uma discussão sobre os conceitos da Teoria Marxista da Dependência e da Teoria do Sistema Mundo e sua aderência para entender o agronegócio da soja; b) descrever brevemente o processo de expansão da produção de soja no Brasil e no mundo, e suas características; c) entender de que maneira a relação da China com a América Latina, aprofunda a dependência estrutural destes países, em especial o caso brasileiro, e os principais motivos da reprimarização da economia brasileira.

A metodologia combina uma pesquisa bibliográfica e uma empírica descritiva, com indicadores econômicos, sociais e ambientais que embasam as considerações finais da análise. Com relação à pesquisa bibliográfica, este trabalho baseou-se, primeiramente, na verificação de obras como Ruy Mauro Marini, Jayme Osório, Claudio Katz, Immanuel Wallerstein, Traspadini e Stedile, entre outros; para discutir teoricamente a Teoria Marxista da Dependência e a Teoria Sistema-Mundo. Quanto à pesquisa empírica descritiva, buscaram-se dados em artigos científicos, em base de dados do TradeMap; da OEC, do USDA; do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da

Embrapa; do IBGE; do DIEESE; da CONAB; entre outros, para conhecer e descrever o agronegócio da soja as trocas desiguais e a superexploração do trabalho.

O trabalho divide-se em quatro partes, incluindo a introdução e as considerações finais. Após essa introdução, na segunda parte, serão abordadas a Teoria da Dependência e a Teoria Sistema-Mundo, apontando o surgimento das teorias, seus principais intelectuais e suas principais problematizações e influências para a construção do arcabouço teórico desenvolvido.

Na terceira parte, será abordada a parte empírica do trabalho. No primeiro momento será realizada uma breve apresentação sobre o agronegócio de soja no Brasil, apontando o seu surgimento e apresentando a delimitação da cadeia produtiva do produto, o sistema de transporte e a expansão da área de produção de soja no Brasil e no mundo. A seguir, serão apresentados dados do comércio exterior da América Latina e do Brasil com a China, destacando a ampliação desta relação nos últimos anos, e apontando as trocas desiguais existentes entre ambas as nações, reforçando o caráter dependente da economia latino-americana, e expondo o lugar das empresas multinacionais dentro da comercialização. Por fim, será debatido sobre as questões que envolvem a superexploração do trabalho, destacando a redução da mão de obra ocupada no campo, e que os fatores de produção apresentam direções opostas do crescimento de capital e mão de obra; apontando os impactos da crescente produtividade do trabalho e da produção através da mecanização. Na quarta parte, as considerações finais, onde serão discutidos os principais resultados oriundos desta análise.

2. Teoria Marxista da Dependência e Sistema-Mundo

As teorias da dependência surgem nos anos 1960 de forma mais desenvolvida, expressando o impasse nacional do nacional desenvolvimentismo e a crise do desenvolvimento dependente e associados na América Latina. Ao longo dos anos dividiram-se em duas grandes vertentes, sendo uma visão marxista com robusta crítica a dependência e que buscava uma formação social socialista, liderada por Ruy Mauro Marini e outra que propõe a dependência como o tipo ideal histórico estrutural do desenvolvimento das sociedades da América Latina, reivindicando uma margem de negociação com o imperialismo, tendo como principais representantes Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, conforme argumentam Martins e Filgueiras (2018).

De acordo com Osório e Reyes (2017), a Teoria Marxista da Dependência constituiu o conceito de “superexploração” como categoria central para explicar o capitalismo dependente. Além disso, os autores apontam a “troca desigual” como conceito chave para explicar a heterogeneidade estrutural das economias do sistema mundial. O subdesenvolvimento não é um estágio prévio do desenvolvimento, nem conduz a ele, e por isso Osório e Reyes (2017) argumentam que, a noção de subdesenvolvimento conduz a equívocos e deve ser abandonada, pois o capitalismo dependente não

se reproduz para criar as condições de ser superado, mas para acentuar a dependência, o que não significa que não possa crescer e se reproduzir.

Traspadini e Stédile (2022) argumentam que a dependência no enfoque de Marini, é compreendida como uma relação de subordinação própria do território, do espaço, dos sujeitos e dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do capitalismo internacional. A teoria busca explicar à luz de Marx, a lógica de domínio do capital internacional sobre as economias da América Latina. A centralidade da tese de Marini, conforme destacam Traspadini e Stedile (2022), é a compreensão de como empresas transnacionais aqui instaladas utilizam-se da nossa economia e território para ser base de expansão para outros mercados e submetê-los aos seu controle. Assim, evidencia-se um processo de controle dos mercados e da acumulação territorial a ser dividido com os países hegemônicos.

Katz (2020), em seu livro “A Teoria da Dependência- 50 anos depois”, argumenta que as análises de Marini se aproximam com vários diagnósticos do economista argentino Raul Prebisch, mas destaca que ambos não dividem a expectativa de desatar os desequilíbrios com políticas burguesas de modernização. A teoria de Prebisch foi fundamental para a construção do arcabouço teórico da Teoria Marxista da Dependência, sendo que sua influência pode ser verificada no texto “O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus problemas principais”, onde num escrito clássico, Prebisch (2000) argumenta que os benefícios do progresso técnico não chegam na periferia, sendo que o sistema centro-periferia se forma historicamente a partir da geração dos progresso técnico. Prebisch (2000) traz um importante debate sobre a “deterioração dos termos de troca”⁴ diante da baixa elasticidade do aumento da oferta.

A principal categoria analítica de Marini (2000) é o conceito de superexploração, que deve ser compreendida como um mecanismo característico desenvolvido pelos capitalistas latino-americanos para reverter a perda de lucro na relação de dependência com o mundo, sendo que o mesmo mecanismo tem a característica da centralização do poder na mão dos grandes representantes do capital. Osório e Reyes (2017) explanam que a superexploração é apresentada como uma imposição do capital mundial, pois proporciona a sobrevivência de capitais produtores de bens essenciais para a reprodução do capital em geral, mesmo que as economias subdesenvolvidas tenham perdas e expropriações de valor, enquanto a superexploração consente investimento de capital estrangeiro para articular lucros extraordinários para as controladoras desses capitais. A troca desigual e a superexploração compõe assim, uma unidade que permite a reprodução do capital.

⁴ Prebisch (2000) analisa dados e verifica que os índices de preços se moveram contra os produtos primários. A consequência é que uma maior produtividade não ocorre com a redução dos preços. As economias da periferia também melhoraram a produtividade em bens menos sofisticados, com a produção agrícola por exemplo, e tiveram os preços reduzidos, enquanto o centro preserva integralmente o fruto do progresso técnico das suas indústrias, sendo que os países periféricos transferem para eles uma parte do progresso técnico.

Conforme as problematizações de Marini (2000), o problema que posiciona a troca desigual para os países latino-americanos não se trata de contestar a transferência do valor que implica, “mas compensar uma perda de mais-valia e que, incapaz de impedi-la a nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-lo no plano da própria produção” , destaca Marini (2000). Nesse sentido, o autor brasileiro entende que o aumento da intensidade do trabalho aparece como um aumento de mais-valia, lograda adiante de uma maior exploração dos trabalhadores e não do incremento da capacidade produtiva, sendo que o mesmo ocorre com o aumento da jornada de trabalho, ou seja, da ampliação da mais-valia-absoluta em sua forma clássica. Se trata nesse sentido, de aumentar o tempo de trabalho excedente. Marini (2000) salienta três mecanismos de extração do trabalho excedente: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário para o trabalhador repor sua força.

Traspadini e Stedile (2022) abarcam que a integração latino-americana por parte do capital denota o emprego excessivo da superexploração do trabalho e do subimperialismo, destacando serem elementos estruturais da dependência da América Latina, no entanto, a integração de trabalhadores e trabalhadoras do continente seguem com a necessidade de notabilizarem-se por valores e postulados diferentes aos que tem sido operado. Os autores também argumentam que ante o Mercosul, Alca ou ainda os Tratados de Livre Comércio bilaterais, surgem a Via Campesina, a CLOC⁵, entre outros movimentos organizados que lutam em prol das soberanias nacionais, alimentares e territoriais.

Um elemento a ser destacado na atualidade é o grande salto registrado pela China na relação comercial com a América Latina. Conforme Katz (2020), trata-se de outra dimensão da dependência, sendo que as transações saltaram de 10 bilhões de dólares em 2000 para 240 bilhões em 2015, expondo uma forte assimetria nas relações de comércio. O grande asiático não fornece apenas produtos industriais aos países latino-americanos, mas arrebatou dos latino-americanos os mercados desses produtos. Katz (2020) argumenta que a China expande seus investimentos de forma muito rápida, seno que os mesmos estão focados na captura de recursos naturais.

Uma teoria que se aproxima da visão marxista da dependência foi desenvolvida pelo estadunidense Immanuel Wallerstein. Em sua principal obra “O Sistema Mundial Moderno”⁶, Wallerstein (1974) desenvolve o conceito de divisão internacional do trabalho, expondo que o componente primordial dessa estrutura internacional resulta na divisão do mundo em estamentos hierárquicos, sendo centro, periferia e semiperiferia. A análise de sistemas-mundo teve seu início nos princípios dos anos 1970, e seu histórico está vinculado à história do sistema moderno e das estruturas de compreensão que foram concebidas como parte desse sistema. Conforme Wallerstein (2005) no

⁵ Coordenadoria Latino-Americana das Organizações do Campo.

⁶ De acordo com Katz (2020), o enfoque do intelectual do sistema-mundo apresenta muitas concordâncias com a teoria marxista da dependência, tendo recolhido ideias dessa concepção e incidido nos debates dependentistas.

princípio desse sistema, ele estava localizado em apenas uma parte do globo terrestre, principalmente em porções da Europa e América. No entanto, com o tempo se expandiu para todo o mundo. O autor explicita que a economia mundo é uma grande área geográfica onde existe uma divisão do trabalho, e desse modo, uma troca significativa de bens básicos ou essenciais, além de um fluxo de capital e trabalho. A ininterrupta acumulação de capital gerou a necessidade de mudança tecnológica constante, e também da expansão das fronteiras geográficas, psicológicas, intelectuais, científicas.

Wallerstein (1974) construiu sua concepção adotando alguns postulados da teoria da dependência. Conforme Katz (2020), o autor compartilha com os dependentistas as críticas às teorias liberais, além de questionar o ocidente como um modelo a ser seguido, polemizando sobre o mito de encontrar o bem-estar simplesmente pela expansão capitalista. Katz (2020) ressalta que Wallerstein apontou em seus escritos o impacto das trocas desiguais, descrevendo as transferências das rendas para as metrópoles, visão que dialoga com os dependentistas. Além disso, argumentou que os países desenvolvidos fornecem insumos da indústria metropolitana e que tal especialização obstruiu o desenvolvimento interno da periferia. Katz (2020) destaca que o intelectual estadunidense conseguiu situar a dinâmica da reprodução dos países dependentes quanto às tendências da acumulação mundial, explicando de que forma as economias subdesenvolvidas participam em cadeias internacionais de produtos e por qual motivo apenas determinados países da periferia desenvolvem um perfil manufatureiro.

Raul Prebisch⁷ também possui uma importância para os intelectuais do sistema-mundo. Wallerstein (2005) argumenta que foi com as análises de Prebisch e seus “jovens turcos” latino-americanos na CEPAL, que o conteúdo passou a ter importância dentro do saber acadêmico das ciências sociais. O ponto de partida sustentado era que, o comércio internacional não se constituía em um intercâmbio entre pares. Conforme Wallerstein (2005), alguns países eram economicamente mais fortes que outros (países centrais), e nesse sentido, podiam negociar em termos em que favoreciam o desvio de mais-valia dos países fracos (periferia) para o centro. Tal condição é chamada de “intercâmbio desigual”. A análise entende que o remédio para a desigualdade é que os estados periféricos empreendam ações no intuito de instituir mecanismos que equilibrem o intercâmbio no médio prazo. A discussão foi abordada entre seus simpatizantes e entre os que possuíam uma visão mais tradicional do comércio internacional, defendida por David Ricardo no século XIX, onde argumenta que se todos seguirem sua “vantagem comparativa”, todos conquistam lucro máximo.

⁷ As categorias de Prebisch foram incorporadas ao sistema-mundo. Conforme Wallerstein, a economia mundo capitalista era marcada por uma divisão axial do trabalho entre processos de produção periféricos, o que resultava em uma troca desigual que favorecia os envolvidos nos processos de produção centrais. Uma vez que esses processos tinham a tendência de agruparem em países específicos, era possível abreviar a nomenclatura falando de zonas centrais e periféricas (ou mesmo de estados centrais e periféricos) desde que lembrassem que eram os processos de produção e não os estados que eram centrais ou periféricos. Na análise do sistema-mundo, o centro-periferia é um conceito relacional, não um par de termos reificados, isto é, que tem sentidos essenciais separados (WALLERSTEIN, 2005, p. 33).

Em um artigo intitulado de “A Reestruturação Capitalista e o Sistema Mundial”, Wallerstein (1997) desenvolve que se vive na atualidade um período de bifurcação no desenvolvimento do sistema mundial, sendo uma transição que ocorre no leito de evolução quase predestinada. Assim, elabora duas teses: a) A América Latina não vai se desenvolver, independente das políticas governamentais, pois o que se desenvolve não são os países, e sim a economia mundial capitalista, b) a economia capitalista se desenvolve tanto, que está se autodestruindo, colocando o mundo numa bifurcação histórica que sugere que a desintegração desse sistema mundial, não oferecendo garantias de melhoras da existência social.

Wallerstein (1997) discute de maneira breve alguns vetores importantes para o funcionamento do sistema mundial. Menciona que alguns sustentam que o processo ininterrupto de mecanização da produção terá como resultado a eliminação de empregos possíveis. Argumenta ainda que os empresários enfrentam dois dilemas que não possuem solução: a desruralização do mundo e a crise ecológica. Expõe que, na busca de resolver os recorrentes estancamentos cíclicos, os capitalistas acabam por incentivar a desruralização no mundo, abarcando que se aproxima de um tempo que não haverá mais populações a serem desruralizadas. Na ecologia, na busca de maximizar os lucros, o capitalista tem dois recursos principais: não pagar bem os operários e não pagar altos preços na produção.

Sobre a atualidade da teoria de Wallerstein, Martins (2015) aponta que o sistema mundo atualmente é mantido através dos empréstimos concedidos pelo FMI e outras instituições com sede em Washington, entre elas o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Tesouro Direto Americano, que estão vinculados à aplicação de perspectiva neoliberal ao que se nomeou de “Consenso de Washington”. Martins (2015) argumenta que a passagem do capitalismo industrial ao capitalismo financeiro, mantém e reforça o sistema mundo. A expansão do capitalismo e dos países centrais que utilizam instituições multilaterais para manter o sistema mundo em funcionamento, aponta que o modelo teórico do sistema-mundo está presente nas estruturas e relações assimétricas entre os países.

3. Brasil e o agronegócio da soja

A soja, cultura predominante no Oriente Médio, sobretudo na China, passa a se expandir para o ocidente a partir do século XVIII através de comerciantes europeus e das grandes companhias comerciais. Staevie (2004) aponta que na década de 1970, o Brasil se torna o segundo maior produtor de soja do mundo, sendo que nesse período 2/3 da produção concentrava-se no Estado do RS.

Conforme argumenta Staevie (2004), a partir da década de 1970, a indústria de esmagamento do grão sofreu um forte crescimento, tendo sido impulsionado por cotações internacionais, destacando que a agricultura da soja também sofreu transformações nesses, tomando uma forma mais

moderna, onde a chamada “Revolução Verde” se apresenta como expressão desta transformação. Staevie (2004) destaca que esta modernização se inicia na realidade por volta dos anos 1950, com a instalação no país de indústrias de insumos e equipamentos agrícolas durante o plano de metas do governo Juscelino Kubitschek, sendo que somente na década de 1970 a agricultura brasileira se transforma especificamente em agricultura patronal capitalista, consolidando assim um caráter modernizante.

Conforme Harakuri e Lazarotto (2014), a produção do grão da soja está entre as práticas econômicas que apresentaram maior crescimento nas últimas décadas. Tal fato pode estar atribuído a inúmeros fatores, entre eles, o desenvolvimento e estruturação de um comércio internacional vinculados com o comércio de produtos agroindustrial da soja; a solidificação da oleaginosa como fonte de proteína vegetal, entre outros. Virgílio (2017) aponta que no Brasil, a sojicultura é atualmente o segmento mais importante da agricultura, tendo influenciado questões que excedem o processo produtivo em si, tais como os planos sobre diretrizes do setor agrícola, sobre a posição da economia do país dentro da divisão internacional do trabalho, o perfil de desenvolvimento da agroindústria, as cadeias produtivas, a exigência de produção e uso de tecnologias, ou ainda a necessidade de infraestrutura, onde mostra-se necessário identificar os processos embutidos na produção desse produto.

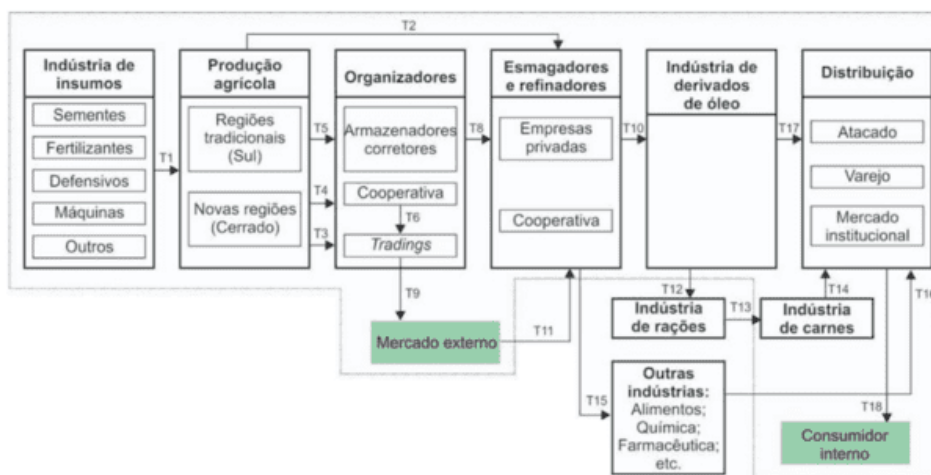
De acordo com a EMBRAPA⁸ (2022), no fim da década de 1960 o Brasil começa a ter interesse pela soja. Nesse período o trigo era a principal cultura do sul do Brasil, e a soja veio como uma opção de verão. A explosão do preço do produto no mercado mundial em meados dos anos 1970, despertou interesse dos agricultores e do governo brasileiro. O país se beneficia das vantagens competitivas em relação a outros países e desde então investe em tecnologia para a adaptação da cultura às condições brasileiras, processo esse liderado pela Embrapa.

No Brasil, o setor agroindustrial divide-se em inúmeras etapas que fornecem suporte e dão sequência ao elo mais fraco, e, consecutivamente, central da cadeia produtiva, ou seja, a produção da soja em grão. Virgílio (2017) aponta que a competitividade da produção se sujeita na busca pela competitividade na aquisição de insumos, que no Brasil, tem o aspecto de corresponder a uma rede de fornecedores com alto grau de concentração e internacionalização que prejudica o potencial de intervenção dos produtores agrícolas em características que interferem diretamente a estrutura do custo de produção, e nas condições da comercialização.

Segue abaixo os segmentos que constituem a cadeia de soja no Brasil.

⁸ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Figura 01 – Delimitação da Cadeia Produtiva da Soja no Brasil



Fonte: Lazzarini e Nunes (2000, p. 215, *apud* Oliveira *et al.*, 2020, p. 3).

3.1 O sistema de transporte

Os principais modais de transporte são: rodoviário, ferroviário e hidroviário. Segue abaixo as principais rotas de exportação da soja (2020) em território brasileiro. Conforme Neto (2015), a integração de regiões brasileiras ocorreu sob a ótica da construção de rodovias, sendo que o uso de outros modais foi postergado, tendo ficado na espera de projetos de hidrovias e ferrovias. O autor argumenta que no Brasil o modal rodoviário abrange aproximadamente 60% do transporte de grãos do país. De acordo com Salyn (2021), o sistema rodoviário do Brasil se estende por 1.562.682 quilômetros, com quase 14% pavimentado. Conforme o Plano de Transporte e Logística de CNT⁹, publicado em 2018, o transporte rodoviário, embora com domínio na repartição modal, apresenta uma infraestrutura com problemas que são decorrentes da deficiência de planejamento, além da execução e manutenção CNT (2018).

O modal ferroviário é o segundo mais utilizado no Brasil Conforme Neto (2015), o transporte ferroviário teve perdas significativas nos últimos anos, tendo perdido 66.000 km de malha ferroviária na década que antecedeu o ano de 2014. Segundo Salyn (2021), o sistema ferroviário do Brasil é composto por 12 ferrovias, com extensão de 18.943 milhas, estando concentradas principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. O transporte ferroviário tem a característica de transportar grandes volumes com boa eficiência energética, principalmente nas médias e longas distâncias.

Quanto ao transporte hidroviário, Salyn (2021) destaca que o Brasil possui 62.999 km de águas superficiais de rios e lagos, sendo 43.999 km de rios navegáveis. Deste total 19.463 km são navegados comercialmente. Os portos de Santos, Rio Grande, Paranaguá e São Francisco, dominam o comércio de soja no Brasil para a China, e corresponderam a 74% das exportações para o Grande Asiático em 2021.

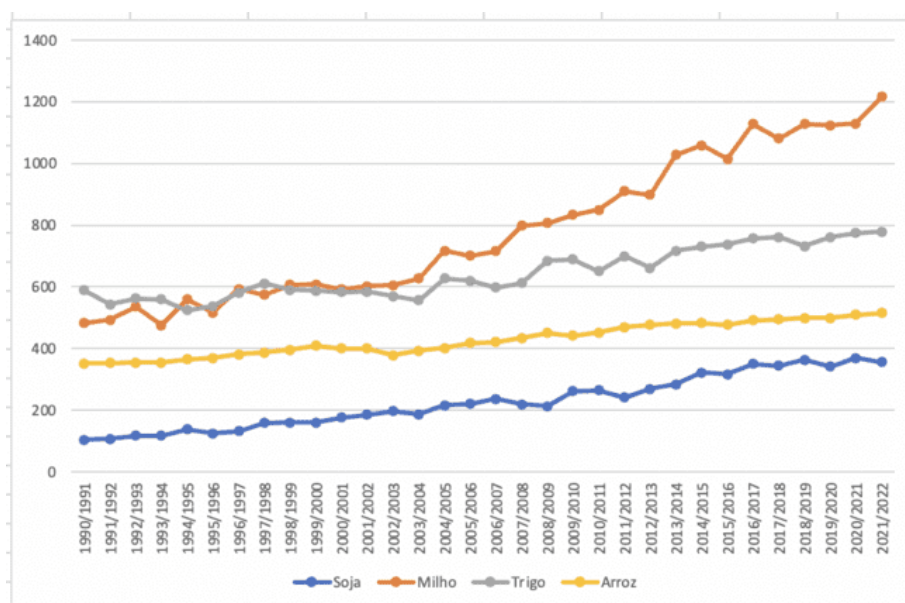
3.2 A expansão da área e produção de Soja no Brasil e no Mundo

⁹ Confederação Nacional de Transportes

Hirakuri (2014) aponta que atualmente a soja é parte de um conjunto de atividades que é destaque no mercado internacional. O grão tem sido o quarto mais consumido mundialmente, ficando atrás do milho, trigo e arroz. É a principal oleaginosa do mundo. Cerca de 90% dos grãos consumidos, acabam sendo destinados ao processo de esmagamento, virando farelo e óleo de soja, gerando matéria-prima para a fabricação de rações. Nesse sentido, a demanda pela soja em grão e seu derivado principal é dependente do mercado de carne. Segue abaixo o gráfico da evolução da produção de soja no período de 1990/91 a 2021/22.

Gráfico 01

- Evolução da produção mundial de soja de 1990/91 a 2021/22 (em MT)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do USDA (2022).

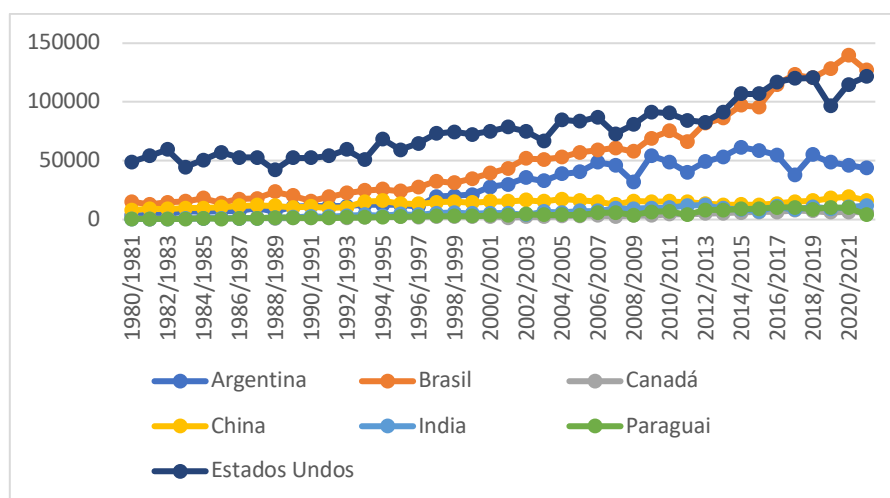
De acordo com Hirakuri (2014), o forte incremento da soja está atribuído a inúmeros aspectos distintos, e destaca os seguintes:

1. O grão apresenta elevado teor de proteínas (em torno de 40%) de excelente qualidade, tanto para a alimentação quanto humana;
2. A oleaginosa possui considerável teor de óleo (ao redor de 20%), usado para diversos fins, tais como alimentação humana e produção de biocombustíveis;
3. A soja é uma *commodity* padronizada e uniforme, podendo, portanto, ser produzida e negociada por produtores de diversos países;
4. O cultivo da soja é totalmente mecanizado e bastante automatizado;
5. A *commodity* é a fonte de proteína vegetal mais consumida para produzir proteína animal. Não obstante, seu óleo também assume papel importante ao ser o segundo mais consumido mundialmente, atrás apenas do óleo de Palma. Esses mercados sólidos garantem a soja alta liquidez;
6. Houve expressivo aumento da oferta de tecnologias de produção que permitiram ampliar significativamente a área e a produtividade de oleaginosa, sobretudo a partir dos anos 2000 (HIRAKURI M. H., 2014, p. 13)

A produção do grão concentra-se principalmente em três países: Estados Unidos, Brasil e Argentina. Um estudo da EMBRAPA, realizou um comparativo da produção mundial dos principais países produtores desde a década de 1960 até 2015, apontando que países como a China, Índia, além de novos produtores, como por exemplo o Paraguai e Canadá, formam um grupo relevante na

produção de soja na escala global, onde junto de outros países de menor participação neste mercado, diluíram, com a participação dos EUA, conforme aponta Gazonni (2018). Abaixo pode se verificar os principais produtores de soja entre os anos de 1980/81 à 2020/21.

Gráfico 02 – Produção dos principais países produtores de 1980/81 a 2020/21 (em MT)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do USDA (2022)

De acordo com Hirakuri (2018), é importante salientar que para determinadas regiões onde predomina o clima temperado, como a Argentina, os ganhos de produtividade foram inferiores aos de produção alcançados diante da adaptação dessa espécie em regiões de baixa latitude e às condições do cerrado brasileiro.

Quanto a expansão do plantio de soja ocorrido no Brasil, Gazonni (2018) aponta que o primeiro registro de soja ocorrido no país ocorreu em 1882 por Gustavo D’Utra, tendo fracassado pelo fato de que a variedade da soja naquele período era adaptada exclusivamente para climas frios. O Grão somente teve êxito quando introduzida no Rio Grande do Sul, na região de clima subtropical. O primeiro cultivo comercial ocorreu na cidade de Santa Rosa (RS), foi somente a partir dos anos 1940 que ela assumiu alguma importância.

A trajetória de crescimento no cultivo ocorreu no início dos anos 1960, tendo ampliado sua área em 5,5 vezes somente na primeira década, sendo que desse total 98% foram produzidos nos três Estados da Região Sul. Conforme Gazonni (2018), o período entre 1960 e 2018 o avanço da área cultivada foi de 14.668%, a produção cresceu 41.697% e a produtividade se ampliou em 201% no mesmo período.

A partir dos anos 2000, é possível verificar um forte incremento na produção de soja, sendo que o milho também ganha impulso no período. Gazonni (2018) argumenta que isso se deve a um sistema em que a soja é cultivada como primeira cultura, com semeadura no início da primavera, e o milho como um cultivo posterior. Tal sistema ocupa a terra em parte da primavera, e no outono e verão, especialmente em áreas subtropicais e tropicais a partir do Norte e do Oeste do Paraná até a região norte do país.

O principal produtor de soja do Brasil é o Estado do Mato Grosso, estado que conta com a terceira maior área territorial do país. Conforme Hirakuri (2014), a oleaginosa foi introduzida no estado na década de 1970. Conforme o autor pontua, nas décadas de 1970 e 1980, Mato Grosso era considerado um estado longe dos grandes centros, considerando que os solos eram menos aptos para a agricultura, sendo possível nesse contexto encontrar terras com preço abaixo de outras regiões economicamente mais desenvolvidas do país. No entanto, os programas de desenvolvimento do cerrado, que tiveram apoio de instituições público-privadas, realizaram inovações tecnológicas avançadas que permitiram o desenvolvimento de tecnologias que permitiram do plantio para essas regiões também, conforme aponta Hirakuri (2014).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento realizou um estudo que oferece projeções da produção de soja para os próximos anos, destacando as cinco principais regiões do país. É possível observar que tais projeções apontam reduções de áreas referente a outros alimentos como o arroz e o feijão, e o aumento da área plantada de soja. O estudo do MAPA¹⁰ (2022) também apontou que o PIB¹¹ do agronegócio brasileiro alcançou recordes nos anos de 2020 e 2021. Em 2022, o PIB do setor registrou uma queda de 0,8% no primeiro trimestre, estando relacionado em boa parte pelos custos dos insumos no setor agropecuário e agroindustrial. Com o atual conflito entre Rússia e Ucrânia, iniciado em 24 de fevereiro de 2022, muitas situações adversas surgiram, entre elas o alto preço dos fertilizantes dos quais o Brasil possui dependência externa.

Conforme o MAPA (2022) a área de soja deverá se ampliar em 113,3% e a de milho em 78,2%, passando de 24,2 milhões de hectares na safra de 2010/11 para 51,6 milhões de hectares na safra de 2031/2032.

3.3 Impacto da China na economia brasileira, as empresas multinacionais e a reprimarização da economia

Nos últimos anos é possível verificar uma ampliação relevante das relações comerciais da China com os países latino-americanos. Hiratuka *et al.*, (2012) refletem que a China passou de parceiro com pouca representatividade nos anos 1990 e passa a ser um dos principais parceiros comerciais da região. Os EUA foi o principal parceiro dos países da América Latina, respondendo por 34,4% da conta corrente total em 2009, refletindo uma redução de 9 pontos em relação aos anos 1990. A União Europeia também caiu próximo a 9 pontos. Tal movimento ocorre num período em que o Gigante Asiático vem ganhando força no comércio mundial.

De acordo com Baumann *et al.* (2021), examinando a cooperação do Brasil com a China, identifica-se a construção de uma infraestrutura como uma das prioridades dessa cooperação bilateral,

¹⁰ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

¹¹ Produto Interno Bruto

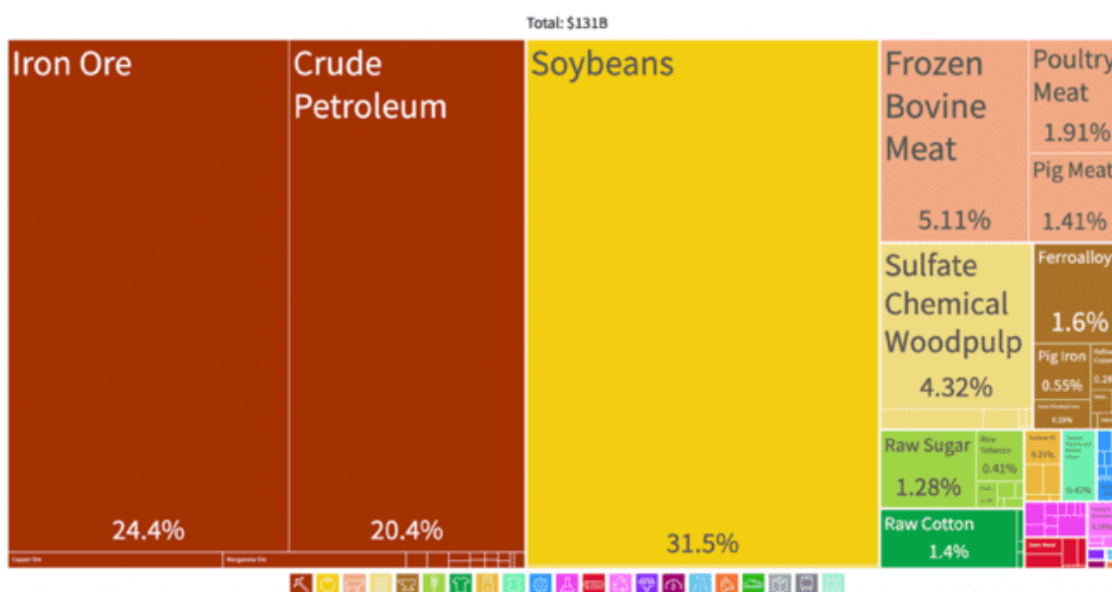
ponto em que os dois países são bastante complementares. As empresas chinesas se tornaram atores na edificação da infraestrutura brasileira, concentrando as operações em portos, eletricidade e transporte. Baumann *et al.* (2021) apontam dois exemplos:

- Na construção portuária, o China Merchants Group e o China Communications Group estabeleceram importantes plataformas logísticas no sul e no norte do Brasil, a saber, o Porto de Paranaguá e o Porto de São Luis, a fim de aumentar a eficiência desses portos e facilitar o transporte de mercadorias – principalmente a importação da soja brasileira – e estimular a economia da região Nordeste do Brasil.
- Em eletricidade, a China Three Gorges Corporation e a State Grid Corporation of China vêm operando e expandindo sua influência no Brasil. Ambas entraram no mercado brasileiro por meio da aquisição de participações em empresas brasileiras de eletricidade (BAUMANN *et al.*, 2021, p. 25).

Baumann *et al.*, (2021) sustentam que os setores de construção de engenharia, construção de comunicações, projetos petroquímicos e projetos de construção em geral são os preferidos de projetos contratados de empresas chinesas, sendo que o Brasil é o principal mercado para essas empresas investirem em infraestrutura quanto aos países latino-americanos. Conforme Baumann *et al.*, (2021), nos últimos anos houve investimentos chineses em projetos importantes como o “Paranaguá Porto e Porto de São Luis, Fase I e II da Hidrelétrica de Belo Monte _+800kV UHV DC Transmissão, Projeto da Estação de Processamento de Gás Natural UPGN, exploração do bloco de petróleo do pré-sal, etc.” Baumann *et al.*, (2021).

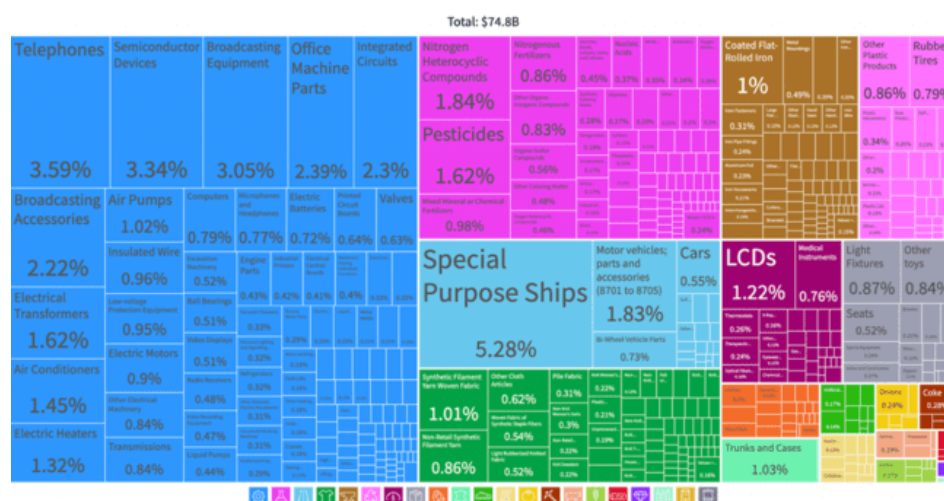
Apesar do vertiginoso crescimento nas relações comerciais de ambas as nações, essas comercializações ocorrem de maneira desproporcional. Enquanto o Brasil exporta basicamente matérias primas com baixo ou nenhum valor agregado, importa do país asiático mercadorias com maior intensidade tecnológica e maior produtividade do trabalho. O principal produto de exportação brasileiro é a soja, conforme já foi citado anteriormente.

Figura 02 – Representatividade de produtos das exportações brasileiras para a China (2019,2020)



Fonte: OEC (2022).

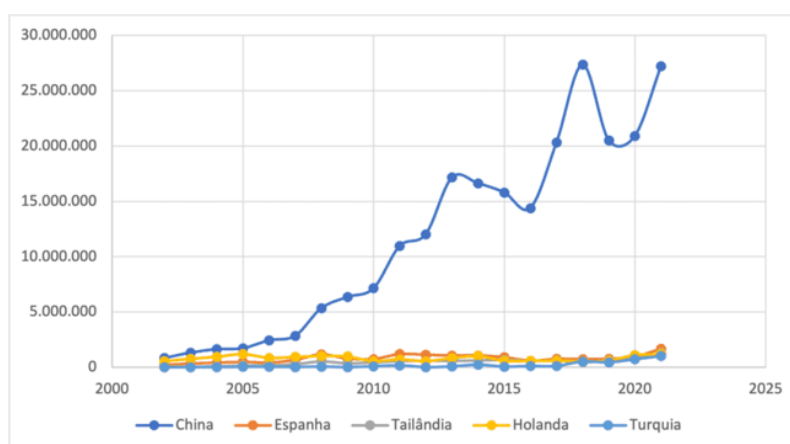
Figura 03 – Representatividade de produtos das importações brasileiras com a China (2019,2020)



Fonte: OEC (2022).

Nota-se nas figuras 2 e 3 a ocorrência das trocas desiguais nas economias em análise. Conforme Souza (2022), o índice de complexidade econômica ranqueia 1238 produtos, onde a soja ocupa a posição 1129, e argumenta que o agrupamento das capacidades específicas requisitadas para produzir um bem, e em seguida dimensiona o grau de presença da sua produção nos países da economia mundial, sendo atribuído o valor chamado de *Product Complexity Index*, sendo que o PCI da soja é de 1,56, e o do óleo de soja é 1,164 e ocupa a posição 311, estando 818 posições acima da soja em grão. O farelo de soja possui o PCI de 1,13, estando na posição 1038. Verifica-se ainda a especialização brasileira em produtos primários na exportação para a China, sendo que 31,5% são representado pela soja, 24,4% minério de ferro e 20,4% de petróleo cru. Por outro lado, verifica-se a dependência brasileira quanto aos produtos manufaturados chineses, apontando que os produtos comprados do Grande Asiático se refletem em mercadorias com alta intensidade tecnológica.

Gráfico 03 - Exportação da soja brasileira para os principais compradores 2002 a 2021(US\$)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TradeMap (2022).

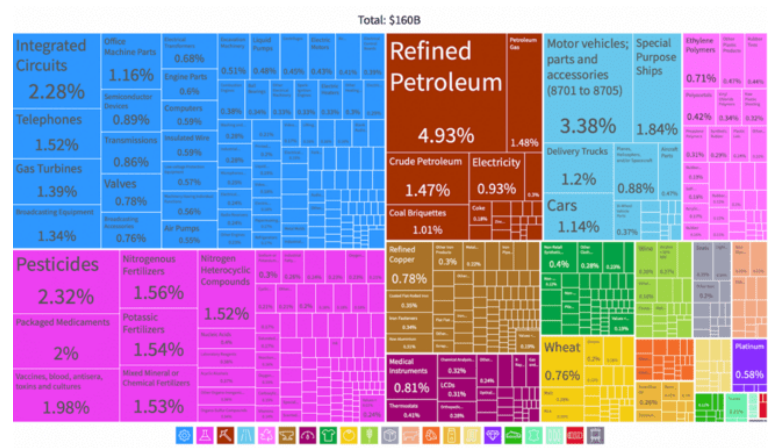
A partir dessa análise de dados, nota-se uma situação preocupante, com uma tendência de especialização da economia brasileira focada num único produto, a soja. A expansão da produção, a substituição de outras culturas em prol da soja e a exploração de áreas até então preservadas contribui

para a reprimarização da economia brasileira diante da divisão internacional do trabalho. O produto brasileiro é vendido em sua grande maioria em grãos, sem um processo de maior agregação.

Fernández e Curado (2019), em artigo publicado na Revista Economia e Sociedade, analisam a evolução da estrutura de exportações da Argentina e Brasil entre 1985 e 2010 a partir da Matriz de Competitividade de Fanjnzylber e Mandeng, apontando que os mercados dos países emergentes favorecem as exportações mais dinâmicas e competitivas da Argentina e Brasil, enquanto as exportações brasileira e argentinas ao Mercosul são compostas por manufaturas mais sofisticadas, as exportações aos países asiáticos em desenvolvimento são quase na totalidade de recursos naturais e commodities, destacando que nos períodos analisados o Brasil, possui a presença de exportações em situação Ótima , com os países do Mercosul, sobretudo quando diferenciados em termos qualitativos.

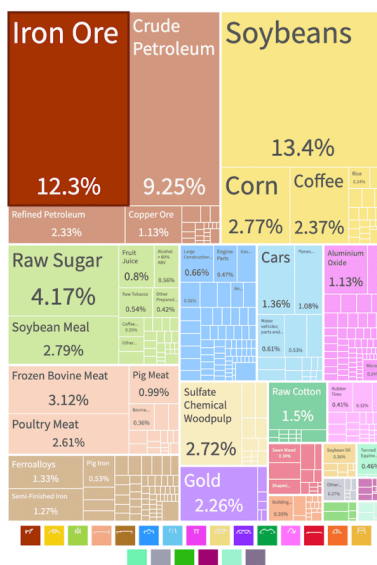
Conforme argumentam Fernández e Curado (2019), entre os efeitos causados pelo efeito China nas economias latino-americanas, está o de reprimarização do padrão das exportações. Os autores apontam que, os recursos naturais aparecem como armadilha à nova inserção no mundo. Além disso, a concorrência da China nos produtos manufaturados em mercados domésticos e terceiros mercados, tornou-se mais forte após a crise internacional de 2008-2009, reforçando o processo de reprimarização dessas economias, apontam Fernández e Curado (2019). Segue abaixo a representatividade do comércio do Brasil com o Mundo, onde se confirma uma situação parecida quando comparada a análise específica com a China. Uma forte especialização em bens primários e dependências de produtos manufaturados.

Figura 04 - Representatividade de produtos das importações brasileiras com o mundo (2020)



Fonte: OEC (2022)

Figura 05 - Representatividade de produtos exportados do Brasil para o mundo (2020)

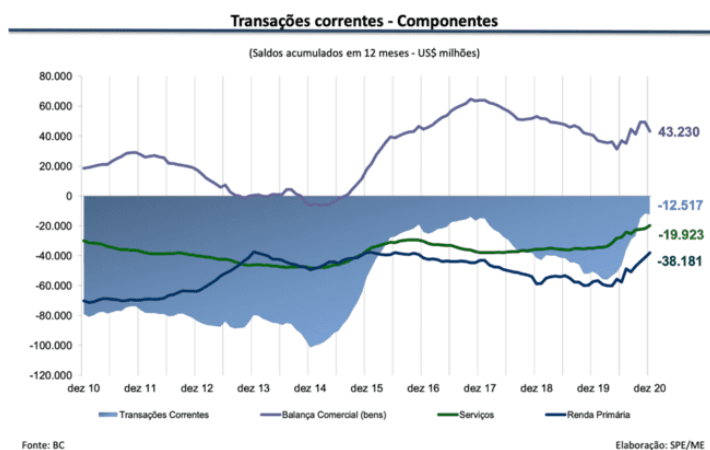


Fonte: OEC (2022).

Se percebe a importação brasileira de produtos com maior intensidade tecnológica. Embora o Brasil seja exportador de petróleo cru, é importador de petróleo refinado, aprofundando a dependência externa em relação aos países centrais, em especial, os EUA. O fato desta heterogeneidade das economias aponta as claras desvantagens da economia dependente brasileira, principalmente no aspecto do desenvolvimento das forças produtivas. A desigualdade visível nas composições orgânicas do capital acaba implicando na transferência de mais valia para os países centrais.

Outra forma de transferência de mais-valia aos países centrais ocorre por meio da análise do comportamento das despesas do país em relação a importação de serviços que estão intrinsecamente relacionados com setores de maior intensidade tecnológica, conforme aponta Virgílio (2017). Quando essa despesa aumenta, pode haver uma tendência de aprofundamento da dependência de tecnologia. Verifica-se o período de 2010 a 2020, um déficit na conta de serviços e renda primária.

Gráfico 04 – Transações correntes - Componentes



Fonte: Banco Central do Brasil (2022)

Conforme Costa (2015), o setor de serviços se caracteriza como uma peça fundamental na atual engrenagem da economia mundial. Conforme argumenta, Gandelman (2004, *apud*, COSTA, 2015), é importante destacar que foi estabelecido no âmbito da OMC¹², o acordo *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS), característica do direito de propriedade intelectual que está relacionada ao comércio, onde se busca regulamentar a liberalização da propriedade intelectual, abrindo espaço para uma “comoditização” do conhecimento, sendo que estes estão concentrados principalmente nas economias centrais, o que aprofunda a dependência econômica das economias periféricas a esses serviços.

Tabela 01 – Transações correntes: serviços selecionados
(Valores mensais e acumulados no ano (US\$ milhões))

	Mês		Ac. no Ano	
	dez-20	dez-21	2020	2021
Serviços	-1.726	-1.928	-20.941	-17.114
Transportes	-310	-541	-3.247	-4.449
Viagens	-74	-413	-2.350	-2.302
Telecomunicação, computação e informações	-450	-202	-3.415	-3.207
Serviços de propriedade intelectual	-360	-379	-3.428	-4.468
Aluguel de equipamentos	-941	-640	-11.925	-6.844
Outros serviços de negócios	512	277	4.164	4.503
Demais	-102	-29	-740	-345

Fonte: BC

Elaboração: SPE/ME

Fonte: Banco Central do Brasil (2022)

Conforme um estudo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), uma das razões apontadas para a reprimarização da pauta exportadora brasileira é a Lei Complementar Federal número 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida mais popularmente como Lei Kandir¹³. A lei isenta os impostos de circulação de mercadoria e serviços (ICMS) dos produtos primários e semielaborados, sendo nesse sentido um incentivo à exportação de produtos sem valor agregado. O estudo ressalta que antes da Lei Kandir, a tributação no Brasil previa a incidência de uma alíquota diferenciada, sendo 8,5% para óleo de soja, 11% para o farelo e 13% para a exportação do grão, conforme apontam Lemos *et al.* (2018).

Conforme relatório da FIESP¹⁴, o processo de desindustrialização que ocorre no Brasil, acontece de forma mais acelerada do que em outros, especialmente a partir dos anos 2000. Argumenta

¹² Organização Mundial do Comércio

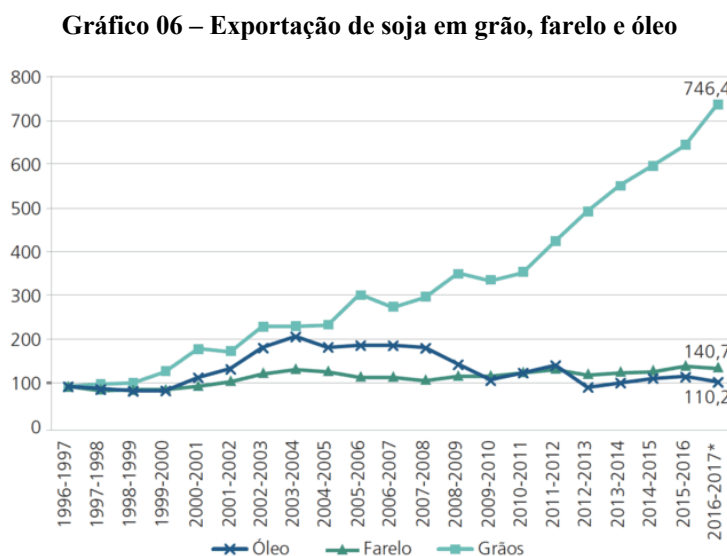
¹³ O período que compreende 1986 a 1997 corresponde ao período anterior a Lei Kandir, enquanto 1997 até a atualidade, a lei já está vigente. Os dados indicam que a participação do Brasil no comércio mundial de soja subiu em média de 11% no primeiro período para 26% no segundo, enquanto a participação na exportação de farelo de soja caiu, em média, de 31% para 26% (LEMOS *et al.*, 2018, p. 209)

¹⁴ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

que a participação na indústria de transformação do PIB no ano de 2018 ficou em 10,9%, sendo 16,9% em 2003, conforme FIESP (2015).

De acordo com Lemos *et al* (2018), diante desses motivos, muitos países consumidores de soja estabelecem tarifas alfandegárias para cotas de importação e de farelo de soja, isentando por outro lado a importação de grãos. A mudança da pauta exportadora aponta o crescimento da exportação da soja em grãos e a redução da exportação de óleo e farelo de soja, conforme apontam Lemos *et al.* (2018).

Conforme o autor destaca, diante desses motivos, muitos países consumidores de soja estabelecem tarifas alfandegárias para cotas de importação e de farelo de soja, isentando por outro lado a importação de grãos. Conforme poderá ser verificado no gráfico 13, a mudança da pauta exportadora aponta o crescimento da exportação da soja em grãos e a redução da exportação de óleo e farelo de soja, conforme apontam Lemos *et al.* (2018).



Fonte: Lemos *et al.* (2018, p. 207).

O autor aborda que há outras questões em relação aos tributos que acabam por desestimular o processamento da soja. Argumenta que o produtor rural paga o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador (Funrural) com incidência de 2,3% em cima da receita bruta das vendas internas, no entanto, está isento caso exporte o produto como pessoa física, causando uma distorção na cadeia, pois internamente o produtor acaba cobrando um sobrepreço da indústria para igualar seus ganhos líquidos, conforme argumentam Lemos *et al.* (2018, p. 207).

É possível verificar que o próprio estado brasileiro fortalece por esses meios a pauta primário exportadora, em detrimento de uma produção com maior intensidade em tecnologia.

Tabela 02– Capacidade instalada da indústria de óleos vegetais - 2015

Capacidade de processamento	2014		2015		Variação
	Mil t/dia	%	Mil t/dia	%	%
Até 600	11,9	6,6	13,4	7,2	12,8
601 a 1.500	38,6	21,4	40,0	21,4	3,6
1.501 a 3.000	97,6	54,1	101,6	54,2	4,1
3.001 a 4.000	7,5	4,2	7,5	4,0	0,0
4.001 a 6.000	18,1	10,0	18,1	9,6	0,0
6.001 a 7.000	6,7	3,7	6,7	3,6	0,0
Acima de 7.000	-	0,0	-	0,0	-
Total diário*	180,4	100,0	187,3	100,0	3,8

Fonte: Lemos *et al.* (2018, p. 208)

O Brasil passou nas últimas décadas por transformações importantes na sua base produtiva. Principalmente após as políticas de abertura e privatizações baseadas no arcabouço do “Consenso de Washington”, a indústria vem apresentando sinais de declínio na América Latina. Assim, o Brasil vem buscando os superávits comerciais em setores primários, o que reforça a presença do que chamam de “doença holandesa”¹⁵.

3.4 Agroindústria e comercialização

As grandes multinacionais exportadoras ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, acabam por oligopolizar a governança da cadeia da soja no Brasil e no mundo. Conforme abarca o Medina (2021), “até 1995, a única empresa do grupo ABCD que possuía unidades de esmagamento de soja no Brasil era a Cargill. Após alguns anos de intenso processo de fusões e aquisições, ADM, Bunge e Dreyfus também passaram a ter unidades de beneficiamento do grão”, destaca Medina (2021, p. 243). As multinacionais estrangeiras controlam 83,9% da comercialização da soja brasileira.

Conforme os estudos de Medina (2021), há uma predominância de multinacionais estrangeiras na produção de máquinas agrícolas. As empresas estadunidenses concentram no ano de 2015 70,4% do Market Share na venda de tratores para o Brasil, as empresas italianas concentram 25,7% deste total, enquanto o Brasil 3,8%. Em 2020 as multinacionais estadunidenses, se concentraram num total de 67%, as italianas 32,5%, e o Brasil 0,4% de Market Share.

É importante salientar que a aquisição de insumos e equipamentos no exterior potencializa a perda de divisas do país.

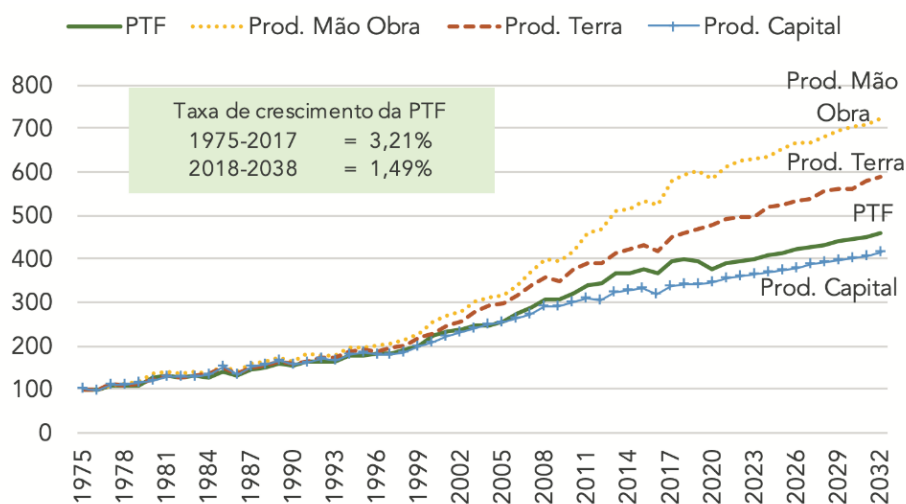
¹⁵ Refere-se ao foco na exportação de recursos naturais e a queda da participação das manufaturas.

3.5 A superexploração do trabalho

Tanto Wallerstein (1974; 2005), quanto Marini (2000; 2022), apontam que o processo ininterrupto de mecanização da produção terá como resultado a eliminação de empregos possíveis. No caso brasileiro é possível verificar um aumento expressivo da produtividade do trabalho na produção agrícola e uma redução da participação da indústria de transformação no PIB.

De acordo com as projeções do MAPA (2022), a tendência de da PTF¹⁶, da Produtividade da Força de Trabalho, da Produtividade da Terra e da Produtividade do Capital tendem a se ampliarem ainda mais. Conforme as projeções do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, observa-se três tendências ao analisar os dados da produtividade de 1975 a 2021: “redução da mão de obra ocupada; redução ou baixo crescimento da área plantada devido aos ganhos de produtividade da terra; aumento do uso do capital”, conforme aponta dados do MAPA (2022). Pode ser verificado no gráfico abaixo, os fatores de produção apresentam direções opostas do crescimento de capital e mão de obra. De um lado a agricultura torna-se a cada dia mais intensiva em capital, de outro lado existe um processo de substituição de trabalho nas operações.

Gráfico 07 – Projeções da PTF



Fonte: MAPA (2022, p. 21)

Apesar da crescente produtividade do trabalho e da produção, isso não se reflete necessariamente numa melhora de vida dos trabalhadores brasileiros. A crescente mecanização e introdução de novas tecnologias na agricultura não contribui para a geração de novos empregos, nem para uma melhora substancial na vida dos trabalhadores brasileiros, sendo que a população rural,

¹⁶ Produtividade Total dos Fatores

expulsa das áreas rurais, ocupam as cidades num país que a cada dia reduz a participação da sua indústria.

Outro dado interessante, é que embora haja um crescimento vertiginoso na produção de alimentos no Brasil, conforme já foi demonstrado, a parcela da população que se encontra em insegurança alimentar tem se ampliando. Em 2021/2022 15,5% da população estava na condição de insegurança alimentar grave, passando fome.

Conforme IBGE (2022), o rendimento domiciliar per capita em 2021 esteve ao seu menor nível desde 2012. De acordo com os dados, o percentual de trabalhadores com rendimento caiu de 61% em 2020 para 59,8% em 2021, sendo que a queda teve mais intensidade no Norte, aponta o IBGE (2022). O Instituto aponta que a queda do rendimento mensal domiciliar teve mais intensidade entre as classes com menor rendimento. Há nesse contexto uma enorme concentração de renda. O IBGE (2022) aponta que o ano de 2021, a renda média do 1% da população que ganha mais era 38,4 vezes maior que o rendimento médio de 50% dos que ganham menos.

O trabalho escravo continua sendo uma realidade da economia brasileira. Conforme DIEESE (2014), de 1995 a 2014, realizou-se 1587 operações de fiscalização para a erradicação do trabalho escravo, onde 45.588 trabalhadores foram resgatados, sendo 44% desse total no meio rural. As principais atividades econômicas com trabalhadores resgatados são: lavouras, pecuária, reflorestamento carvão vegetal, extrativismo, cana de açúcar e desmatamento.

O número de cestas básicas que um trabalhador pode comprar com um salário-mínimo tem reduzido nos últimos anos, o que coloca em contradição o fato de que o Brasil é um dos maiores produtores de grãos do mundo, enquanto os trabalhadores reduzem seu poder de compra. Conforme dados do DIEESE (2014), o poder de compra do trabalhador em relação aos alimentos da cesta básica tem apresentado quedas consecutivas desde 2018.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da presente análise se pode verificar a atualidade dos pensamentos de Marini (2000) e Wallerstein (1974; 1997; 2005) na análise da estrutura econômica dos países dependentes da América Latina, em especial, o caso do Brasil.

A cultura da soja tem tido uma ampliação relevante no mundo, tanto em área produzida, quanto em produtividade, sendo atualmente o quarto grão mais produzido. O incremento da produção está atribuído a vários fatores, como o elevado teor de proteínas utilizada para a alimentação humana e animal, a mecanização da sua produção que exige poucos braços de trabalhadores, a introdução de novas tecnologias que viabilizaram um aumento de produção por hectare plantada, entre outros. Um dos problemas apontados por esta grande expansão, é que o Brasil tem substituído as lavouras de outras culturas, que servem de alimento para a classe trabalhadora, para a produção de soja. O

Ministério de Agricultura e Pecuária estabeleceu projeções sobre o plantio de soja, vislumbrando que até 2031 mais 10 milhões de hectares devem se ampliar na produção da oleaginosa, avançando sobre áreas onde se produz arroz ou feijão.

A China ocupa um lugar importante na cadeia produtiva da soja no Brasil, sendo a principal produtora do produto e concentrando 70% de toda a soja vendida pelo Brasil no mercado internacional. Percebe-se a partir do ano 2000 um importante incremento da participação chinesa no mercado de importação e exportações de mercadorias com o Brasil. Essa relação bilateral favorece o Grande Asiático no sentido que ele compra do Brasil produtos com pouco ou nenhum valor agregado e exporta bens com alta intensidade tecnológica, o que configura as “trocas desiguais” tão discutida por Marini (2000) e Wallerstein (2005).

A atividade primário exportadora da soja, acaba por aprofundar a especialização do Brasil em apenas um produto. A expansão da produção, a substituição de outras culturas pelo grão da soja, contribui para a reprimarização da pauta exportadora brasileira, solidificando a posição que o país ocupa na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de matérias-primas e alimentos. O produto é vendido em sua grande maioria em grãos, sem nenhum valor agregado. O principal estado produtor atualmente é o do Mato Grosso.

Por fim, é necessário explorar que o processo contínuo de mecanização da agricultura e queda da participação industrial tem como consequência a eliminação de possíveis empregos. É possível verificar um grande aumento de produtividade do trabalho agrícola, com redução da participação industrial no PIB nas últimas décadas. A desruralização crescente no Brasil é uma realidade que tende a se ampliar através da mecanização cada dia mais intensiva na agricultura. A cada dia menos braços são necessários para o trabalho rural, e resta aos trabalhadores migrarem para as cidades onde não possui indústria e nem empregos suficientes para absorver essa mão-de-obra. Esse processo leva a uma precarização das relações de trabalho. Os aumentos constantes de produtividade não são revertidos em salários aos trabalhadores e ficam concentrados nas mãos de grandes empresas multinacionais e do setor dos grandes produtores rurais do país, ampliando a fatia de mais-valia extraída da classe trabalhadora.

O resultado disso, é um país, que embora seja um dos maiores produtores de grãos do mundo, possui uma população faminta, com altos índices de subnutrição, insegurança alimentar e trabalho precarizado. A quantidade de alimentos que o trabalhador consegue adquirir com um salário-mínimo é cada vez menor. A dependência de um único produto de exportação reforça o mal da “doença holandesa”, que deixa as economias periféricas reféns da oscilação do preço internacional das commodities.

Fica como pendente para futuros trabalhos, um detalhamento minucioso das linhas de crédito público e privado para o agronegócio, de quanto o Estado destina ao setor em comparativo a

agricultura familiar, campesinato, bem como buscar dados sobre a desterritorialização de populações tradicionais (em especial na Amazônia) vinculadas ao processo de dependência. Além disso torna-se necessário um debate em torno da necessidade da Reforma Agrária no Brasil, apontado as questões de luta pela terra e de produção de alimentos saudáveis. Este texto trata-se de um primeiro trabalho exploratório, e que poderá ser aprofundado nas questões da superexploração e precarização do trabalho e das questões financeiras que envolvem o setor.

REFERÊNCIAS

- ARIENTI, W. L., & FILOMENO, F. A. (julho de 2007). Economia Política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. *Ensaio FEE*, pp. 99-126.
- BAUMANN, R., LIBANIO, G., JOPLIN, M., Zhou MI, X. M., CHUNHE, K., & WEI, L. (2021). *Research Investment Cooperation Between Brazil And China*. Brasília: IPEA.
- BC. (2022). *Balanco de Pagamentos*. Brasília: Banco Central.
- CNT. (2018). *Plano de Transporte e Logística*. Brasília: Confederação Nacional de Transportes.
- CONAB. (20 de 11 de 2022). *CONAB*. Obtido de Companhia Nacional de Abastecimento: www.conab.gov.br
- COSTA, M. S. (2015). *Formação da Economia Brasileira e Dependência Tecnológica: Implicações no déficit da conta de pagamentos*. Salvador: Tese de Mestrado - Universidade Federal da Bahia.
- DIEESE. (2014). *O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro*. DIEESE.
- EMBRAPA. (11 de 11 de 2022). *Embrapa*. Obtido de Embrapa: <https://www.embrapa.br/web/portal/soja/cultivos/soja1/historia>
- FERNÁNDEZ, V. L., & CURADO, M. L. (abril de 2019). matriz de Competitividade e o papel dos mercados emergentes nas exportações argentinas e brasileiras. *Economia e Sociadae, Campinas, n.1 (65)*, pp. 123-151.
- FIESP. (2015). *Perda de participação da indústria de transformação no PIB*. FIESP.
- GAZONNI, D. L. (2018). *A saga da Soja*. 2018: EMBRAPA.
- HIRAKURI, M. H. (2014). *O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro*. Londrina, PR: EMBRAPA.
- HIRAKURI, M. H., & LAZAROTTO, J. J. (2014). *O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro*. Londrina/PR: 2014.
- HIRAKUTA, C., CASTILHO, M., DUSSEL, E., BIANCO, C., & CARRACELAS, G. (2012). Relações comerciais entre América Latina e China: Caracterização da evolução recente . Em G. BINTECOURT, *El impacto de China en América Latina: Comercio e Inversiones* (pp. 81-134). Uruguay: Red Mercosur.

- IBGE. (2015). *Produção Agrícola Municipiopl - Culturas Temporárias e Permanentes*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE. (27 de 08 de 2022). *IBGE*. Obtido de IBGE: WWW.IBGE.GOV.BR
- KATZ, C. (2020). *A teoria da dependência - 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular.
- LEMOS, M. L. (2018). *Agregação de valor na cadeia da Soja*. BNDES.
- MAPA. (2022). *Projeções do agronegócio*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- MARINI, R. M. (2000). *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes.
- MARTINS, C. E., & FILGUEIRAS, L. (Set/dez de 2018). A Teoria Marxista da Dependência e os Desafios do Século XXI. *Cadernos CRH*, pp. 445-449.
- MARTINS, J. R. (30 de Novembro de 2015). Immanuel Wallerstein e o sistema mundo: uma teoria ainda atual? *Iberoamérica Social*, pp. 95-108.
- MEDINA, G. d. (Abril de 2021). Economia do agronegócio no Brasil: participação brasileira na cadeia produtiva da soja entre 2015 e 2020. *Novos Cadernos NAEA*, pp. 231-254.
- NETO, M. O. (4 de 2015). Avaliação dos critérios de seleção de transportador e modais para escoamento da soja brasileira. *Revista Produções e Desenvolvimento*, pp. 14-30.
- OECD. (20 de 11 de 2022). *OECD*. Obtido de The Observatory of Economic Complexity: www.oec.world
- OLIVEIRA, A. R. (2020). *Cadeia Produtiva da Soja em Grãos pelo Porto de Santos: entraves logísticos*. São Paulo: FatecLog.
- OSÓRIO, J., & REYES, C. (2017). *La diversidad en el sistema mundial capitalista*. Ciudad de México: Universidad Autonoma Metropolitana.
- SALYN, D. L. (2021). *Soyan Transportation Brazil 2021*. United Department of agriculture: USDA Agricultural Marketing Service.
- SOUZA, R. G. (abril de 2022). Cadeias mercantis e contribuições conceituais à geografia humana. *Mercator*, pp. 1-15.
- STAEVIE, P. M. (Junho de 2004). *Concentração Industrial: O Caso da Indústria Gaúcha de Esmagamento de Soja nos anos 1990*. RS, Brasil: Dissertação de Mestrado.
- TradeMap. (29 de 11 de 2022). *TradeMap*. Obtido de TradeMap: <https://www.trademap.org/Index.aspx>
- TRASPADINI, R., & STÉDILE, J. P. (2022). Introdução. Em R. M. MARINI, *Dialética da dependência e outros escritos* (pp. 30-70). São Paulo: Expressão Popular.
- USDA. (10 de 12 de 2022). *USDA*. Obtido de USDA: usda.gov
- VIRGÍLIO, A. P. (2017). *Agricultura Moderna Brasileira e Aprofundamento da Dependência a partir dos anos 1990: O caso do agronegócio da Soja*. Salvador, Brasil: Dissertação de Mestrado.
- WALLERSTEIN, I. (1974). *O Sistema Mundial Moderno Vol I - A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Afrontamento.Ltda.

- WALLERSTEIN, I. (1997). A reestruturação capitalista e o sistema mundial. *Perspectivas*, pp. 249-267.
- WALLERSTEIN, I. (2005). *Análises de Sistema-Mundo una introducción*. México: Siglo veiteuno editores.